

RECIFENSE POR VOCAÇÃO

Ivanildo da Cunha Andrade

Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região
(Discurso proferido por ocasião do recebimento do título de cidadão recifense, na
Câmara de Vereadores do Recife, em 20.05.2014)

Preliminarmente, agradeço à Sua Excelência Vereadora Irmã Aimée pela propositura da concessão do título de cidadão do Recife, e a todos os vereadores que a converteram no Decreto Legislativo nº 633/13, fato que hoje me dignifica.

Ainda, em preliminar, tributo esta homenagem aos colegas de bancada, aos colegas de primeira instância e aos servidores do Tribunal Regional do Trabalho, por entendê-la, em boa parte, manifestação de reconhecimento aos serviços que temos prestado à sociedade pernambucana.

Na imagem mais longínqua da infância vejo dois marcos a delimitar a minha paisagem.

Um deles a se contorcer no alto da Serra das Mascarenhas e por mim considerado o mundo, durante algum tempo: Macaparana, cidade que, até então, dera tudo que me bastava: meus pais, meus avós, meus irmãos, meus parentes, a primeira professora, os primeiros amigos, as cantigas de roda, a banda de Mestre Brasil, Belém - meu carneiro de sela -, os doces frutos, a terra pujante e calorosa.

O outro debruçado à beira do mar, espriava-se no horizonte, e, pela sua grandeza, afirmava-se aos olhos do menino - a ela trazido em busca de saúde – território vasto e misterioso, a ser desvendado.

Recife passou a ser desafio, objeto de conquista, fruto a ser mordido, amor a ser conquistado.

Em 1963, aos quinze anos incompletos, às vindas periódicas sucedeu a permanência, aqui cheguei para estudar. E, logo em seguida, em 1964, minha família transferiu-se para o Recife. Então, já não me sentia um estranho na cidade. Já estava um pouco sedimentada a travessia da serra para o mar. Nas Mascarenhas deixei fincadas as minhas raízes e no Capibaribe deitei o meu futuro.

Naquela época já me sentia mais íntimo da Cidade. A leitura dos livros Arruar – História Pitoresca do Recife Antigo e Maxambombas e Maracatus, de Mário Sette, bem como do Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade do Recife, do mestre Gilberto Freyre, ajudaram-me a melhor conhecê-la e nela conquistar o meu espaço.

Mas o Recife não se entrega facilmente.

O nosso poeta Manuel Bandeira, que rimou poesia com Recife, afirma em uma de suas crônicas que “O encanto do Recife não aparece à primeira vista. O Recife não é uma cidade oferecida e só se entrega depois de longa intimidade.” E, nesta mesma trilha, afirmou Gilberto Freyre: “A nenhum, porém, a cidade se entrega imediatamente: seu melhor encanto consiste mesmo em deixar-se conquistar aos poucos. É uma cidade que prefere namorados sentimentais a admiradores imediatos.”

Passo a passo tracei minha caminhada e tentei desvendar os segredos de sua geografia, de sua história e de seu espírito. E, aos poucos, percebi que - ao contrário do que se poderia concluir de leitura apressada das declarações de

amor que lhe foram dirigidas pelos poetas -, o Recife não repulsa, não repele, não dá as costas a seus novos habitantes, deles exige, tão somente, constância no afeto. Depois, então, a cidade se deixa conquistar e maternalmente acolhe todos os que a ela acorrem por circunstâncias diversas.

No tradicional Ginásio Pernambucano, cujo nome já mudara para Colégio Estadual de Pernambuco, concluí o curso colegial, e tive a oportunidade de conviver com os mestres Aduino Pontes, Geraldo Lapenda, Hilton Sette e muitos outros. E, nessa instituição, vivenciei a chama libertária do Recife, participei da política estudantil - em desafio aos tempos de chumbo -, ativando a certeza da magnitude do exercício da prática política, adquirida a partir de exemplos que me foram dados pelo meu pai, Clóvis Gomes de Andrade, sucessivamente vereador, vice-prefeito e prefeito de Macaparana. Assim, mantive acesa e solidifiquei a consciência da injusta realidade social que até hoje nos cerca e para a qual despertei desde a mais tenra infância, a partir da imagem cotidiana dos desassistidos trabalhadores dos engenhos de minha terra natal, no início da década de sessenta.

Terminado o colegial, chegava a hora de prestar vestibular. Não titubeei ao definir-me pela área das ciências humanas. Mas, hesitei entre jornalismo, sociologia e direito, ao final optando por este último, por nele enxergar a possibilidade de desenvolver habilidades comuns aos outros dois cursos.

Na Casa de Tobias, cuja história gloriosa remonta ao ano de 1817, melhor entendi a dimensão do fenômeno

jurídico, assistindo, prazerosamente e com entusiasmo, às aulas ministradas por Lourival Vilanova, Ruy Antunes, Nelson Saldanha e por outros expoentes da ciência jurídica. Então, pude amadurecer o sentimento de justiça e a certeza de que a liberdade é o fundamento primeiro da dignidade humana e de todos os direitos.

Em agosto de 1974, depois de terminar o curso de Direito e de casar-me com Márcia Tereza - companheira de todas as horas -, parti rumo ao Reino da Bélgica, onde, sob os auspícios do Governo daquele País, que me outorgou bolsa de estudo, frequentei as Universidades Católica de Louvain, Real de Antuérpia e Livre de Bruxelas.

Onze meses antes de retornar ao Brasil, em janeiro de 1977, voltei ao Recife por alguns dias e, naquela oportunidade, senti-me extasiado com as belezas desta minha cidade, de seu povo, de sua música e de suas tradições. Pequenos detalhes até então despercebidos chamaram a minha atenção e me apontaram singularidades que fazem do Recife uma cidade única. Naquela oportunidade - assumo o risco da cabotinagem -, aflorou à memória frevo que compus e que embalou o carnaval de Macaparana, nos idos de 1960 ou 1961, quando tinha 12 ou 13 anos de idade, e, no qual, convocando os foliões para o tríduo momesco, o Recife exclamava: “Eu sou o país das maravilhas, eu sou a terra do amor, eu sou a capital do frevo, vamos moçada, Momo a reinar voltou...” Naquele tempo, ocorreu-me, ainda, que jamais me passara pela cabeça a ideia de buscar um outro porto que não Recife, onde lancei a minha âncora, juntamente com o meu pai, minha mãe, Helena da Cunha Andrade - que

nos seus noventa anos espalha alegria e música, dedilhando o piano, o violão ou o teclado -, e todo o meu núcleo familiar.

Regressando ao Recife, trazia a convicção de que a magistratura seria campo fértil para os meus sonhos de ajudar na construção de um mundo mais justo e solidário.

Submeti-me a concursos destinados ao provimento dos cargos de Juiz de Direito do Estado de Pernambuco e de Juiz do Trabalho. Em ambos logrei aprovação, querendo o destino que primeiramente ocorresse a minha nomeação como Juiz do Trabalho Substituto, cargo que exerci até março de 1985, quando fui promovido à Presidência da Junta de Conciliação e Julgamento de Catende. Daí passei a atuar em Caruaru e Paulista, e, em seguida, à frente da 16ª JCI do Recife, durante o período compreendido entre 1992 e 2001. Finalmente, pelo critério da antiguidade, fui promovido para o cargo de desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, e, após exercer o cargo de Corregedor, tive a honra de ser eleito pelos meus pares para exercer a Presidência da Corte no biênio de 2013/2015.

Nesses quase 33 anos de magistratura, além de buscar a minimização dos conflitos oriundos da relação trabalho/capital, exerci cargos diversos no espaço associativo, dentre eles a Presidência da Associação dos Magistrados do Trabalho da Sexta Região, a Presidência da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho e a Vice-Presidência da Associação dos Magistrados Brasileiros. A atividade associativa proporcionou-me a convivência com magistrados empenhados no aperfeiçoamento de nossas instituições e a participação em lutas memoráveis contra o nepotismo, pela

extinção da representação classista e pela ampliação da competência da Justiça do Trabalho.

Ficou-me a certeza de, nos limites de minha força, haver contribuído para a consolidação do Estado Democrático de Direito.

Hoje, na presença de minha mulher, Márcia Tereza, de meus três filhos Isabela, Clóvis e Guilherme, de meu genro, Mancinelli, de minhas noras Ana Carolina e Débora, de meus irmãos Ivone, Irene e Ivaldo, de minha atenta e prestimosa sogra, Alcyone Bezerra dos Santos, de meus colegas de bancada e de muitos dos amigos conquistados ao longo da caminhada, confesso-me orgulhoso por ter legalmente reconhecido o título de cidadão recifense que há muito me autoatribuíra, fato que me legitima proclamar-me conterrâneo de meus netos, Beatriz, Marina, do tão esperado Henrique, já a caminho, e dos outros que certamente virão.

E, mais uma vez, permitam-me, por cabotino que pareça, recorrer aos meus arquivos pessoais e tirar da gaveta versos que escrevi, há mais de quatro décadas, para a minha Macaparana, evocando minha infância:

Perdido na alvorada
Eu caminhava contente
Para o sítio de Seu Vino,
Onde Belém, meu carneiro,
Pastava o verde da relva
E eu pensava-te, o mundo.

Embalado na pureza

Das canções do pastoril,
Eu, menino, procurava
Fazer o povo esquecer
As dores que eu não sabia
Pudessem fazer doer...

Macaparana, me lembro
De teu cruzeiro na serra,
Onde um cristo morrendo,
Cercado por mil ex-votos,
Olhava a palha da cana
Cortando o corpo cassaco.

Hoje, o menino de Macaparana e o homem do Recife se completam. Mesmo sem plena consciência, no menino de Macaparana já se encontrava o homem do Recife, e neste perdura o menino de Macaparana, sempre a lembrar ao bacharel em Direito, ao magistrado trabalhista a necessidade de manter aceso o senso de justiça que cedo lhe foi despertado pelas condições subumanas dos trabalhadores da palha da cana.

Muito obrigado.